

Aula 2 - Os diferentes tipos de decisão liminar (provisória)

De acordo com a lei, o Juiz pode proferir, no curso do processo, decisões liminares (provisórias) por duas razões

Por estar presente uma situação de URGÊNCIA ou
E por estar presente um situação de EVIDÊNCIA de um direito...

As decisões liminares (provisórias) baseadas na URGÊNCIA

As vezes não é possível esperar...

Em algumas circunstâncias da vida não dá pra esperar uma resposta do Estado-Juiz apenas lá na sentença ou, o que é pior, apenas lá no final da ação, com o mínimo em juízo da decisão...

Por isso que a lei prevê a possibilidade de o Juiz antecipar a concretização de direitos, através de decisões provisórias baseadas na urgência

Essas decisões podem ser de 2 tipos:

1. Decisões que antecipam tutelas, ou seja, decisões em que o juiz confere, antecipadamente, exatamente aquele direito que a parte pede na inicial e que somente irá obter com o trânsito em julgado da sentença
Exemplo: alimentos
2. Decisões que protegem, que acabam o próprio processo ou outros direitos
Exemplo: o arresto de um carro

A esse tipo de decisão se costuma chamar de ANTECIPAÇÃO DE TUTELA ou TUTELA ANTECIPADA

A esse tipo de decisão se costuma chamar de TUTELA CAUTELAR ou DECISÃO CAUTELAR

As decisões liminares (provisórias) baseadas na EVIDÊNCIA

Em algumas situações a própria lei achou ruim pra fazer a parte esperar...

O legislador preferiu, ele mesmo, inserir o ônus da demora processual... preferiu passar para o requerido o ônus passado de ter que esperar uma decisão com o trânsito em julgado...

E ele fez isso estabelecendo alguns critérios em que, na sua visão, o direito da parte seria tão EVIDENTE que o juiz fica autorizado a reconhecer e conferir esse direito da forma provisória

Isso é uma novidade trazida pelo novo CPC e que na prática ainda não pagou...
Exemplo:

A lei fala que o Juiz pode conceder uma tutela de evidência quando II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

A Súmula Vinculante n. 31 do STF diz que É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - IS sobre operações de locação de bens móveis.

Imagine o caso em que uma empresa trabalha com a locação de carros e recebe do Município uma cobrança de IS. Por não concordar com essa cobrança, a empresa entra na Justiça e pede a concessão de uma tutela de evidência.

Neste caso o juiz pode determinar, liminarmente, que o Município deixe de fazer a cobrança, por se tratar de uma tutela baseada na EVIDÊNCIA do direito...

O que você sempre deve pensar de início

Você sempre deve identificar, então, qual é a razão que lhe leva a pedir ao juiz uma liminar, uma decisão provisória?

É uma razão baseada na URGÊNCIA
Ou é uma razão baseada na EVIDÊNCIA

E se for baseada na urgência, o que você efetivamente quer? Que o juiz te dê antes exatamente aquilo que você só tem no final do processo? Ou aquilo que você quer é uma medida de proteção de direitos no do processo?

Porque é importante fazer esse raciocínio logo de cara?

Porque a lei prevê requisitos diferentes para cada tipo de decisão liminar...

Para deferir uma tutela baseada na urgência, devem estar presentes determinados requisitos...

Al para o deferimento de uma tutela de evidência, os requisitos são absolutamente diversos...

Nós vamos estudar com calma e com detalhes cada um desses requisitos e, o melhor, como você faz para mostrar ao juiz que esses requisitos estão presentes na prática

Aula 2 - Os diferentes tipos de decisão liminar (provisória)

1. De acordo com a lei, o Juiz pode prolatar, no curso do processo, decisões liminares (provisórias) por duas razões

- 1.1. Por estar presente uma situação de URGÊNCIA; ou
- 1.2. E por estar presente um situação de EVIDÊNCIA de um direito....

2. As decisões liminares (provisórias) baseadas na URGÊNCIA

2.1. Às vezes não é possível esperar...

2.1.1. Em algumas circunstâncias da vida não dá pra esperar uma resposta do Estado-Juiz apenas lá na sentença ou, o que é pior, apenas lá no final da ação, com o trânsito em julgado da decisão....

2.1.1.1. Por isso que a lei previu a possibilidade de o Juiz antecipar a concretização de direitos, através de decisões provisórias baseadas na urgência

2.1.1.1.1. Essas decisões podem ser de 2 tipos:

2.1.1.1.1.1. 1

2.1.1.1.1.1.1. Decisões que antecipam tutelas, ou seja, decisões em que o juiz confere, antecipadamente, exatamente aquele direito que a parte pediu na inicial e que somente iria obter com o trânsito em julgado da sentença

2.1.1.1.1.1.1.1. Exemplo: alimentos

2.1.1.1.1.1.1.1.1. A esse tipo de decisão se costuma chamar de ANTECIPAÇÃO DE TUTELA ou TUTELA ANTECIPADA

2.1.1.1.1.2. 2

2.1.1.1.1.2.1. Decisões que protegem, que acautelam o próprio processo ou outros direitos

2.1.1.1.1.2.1.1. Exemplo: o arresto de um carro

2.1.1.1.1.2.1.1.1. A esse tipo de decisão se costuma chamar de TUTELA CAUTELAR ou DECISÃO CAUTELAR

3. As decisões liminares (provisórias) baseadas na EVIDÊNCIA

3.1. Em algumas situações a própria lei achou injusto fazer a parte esperar....

3.1.1. O legislador preferiu, ele mesmo, inverter o ônus da demora processual....preferiu passar para o requerido o fardo pesado de ter que esperar uma decisão com o trânsito em julgado....

3.1.1.1. E ele fez isso estabelecendo alguns critérios em que, na sua visão, o direito da parte seria tão EVIDENTE que o juiz fica autorizado a reconhecer e conferir esse direito de forma provisória

3.1.1.1.1. Isso é uma novidade trazida pelo novo CPC e que na prática ainda não pegou...

3.1.1.1.1.1. Exemplo:

3.1.1.1.1.1.1. A lei fala que o Juiz pode conceder uma tutela de evidência quando: II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

3.1.1.1.1.1.1. A Súmula Vinculante n. 31 do STF diz que: É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.

3.1.1.1.1.1.1.1. Imagine o caso em que uma empresa trabalha com a locação de carros e recebe do Município uma cobrança de ISS. Por não concordar com essa cobrança, a empresa entra na Justiça e pede a concessão de uma tutela de evidência.

3.1.1.1.1.1.1.1.1. Neste caso o juiz pode determinar, liminarmente, que o Município deixe de fazer a cobrança, por se tratar de uma tutela baseada na EVIDÊNCIA do direito...

4. O que você sempre deve pensar de início

4.1. Você sempre deve identificar, então, qual é a razão que te leva a pedir ao juízo uma liminar, uma decisão provisória?

4.1.1. É uma razão baseada na URGÊNCIA

4.1.1.1. E se for baseada na urgência, o que você efetivamente quer? Que o juiz te dê antes exatamente aquilo que você só teria no final do processo? Ou aquilo que você quer é uma medida de proteção de direitos ou do processo?

4.1.2. Ou é uma razão baseada na EVIDÊNCIA

5. Porque é importante fazer esse raciocínio logo de cara?

5.1. Porque a lei prevê requisitos diferentes para cada tipo de decisão liminar....

5.1.1. Para deferir uma tutela baseada na urgência, devem estar presentes determinados requisitos....

5.1.1.1. Já para o deferimento de uma tutela de evidência, os requisitos são absolutamente diversos...

5.1.1.1.1. Nós vamos estudar com calma e com detalhes cada uma desses requisitos e, o melhor, como você faz para mostrar ao juiz que esses requisitos estão presentes na prática